



Enero 2019 - ISSN: 1696-8352

CENTRALIDADE URBANA EM CIDADES MÉDIAS DA AMAZÔNIA: A ÁREA DE INFLUÊNCIA COMPARTILHADA ENTRE ARAGUAÍNA (TO), IMPERATRIZ (MA) E MARABÁ (PA)

Roberto Antero (UFT)¹
robertoantero@uft.edu.br

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Roberto Antero (2019): "Centralidade urbana em cidades médias da Amazônia: a área de influência compartilhada entre Araguaína (TO), Imperatriz (MA) e Marabá (PA)", Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana, (enero 2019). En línea:

<https://www.eumed.net/rev/oel/2019/01/centralidade-urbana-cidades.html>

Resumo

Neste trabalho de investigação debate-se sobre a centralidade e compartilhamento de área de influência entre cidades de Araguaína (TO), Imperatriz (MA) e Marabá (PA), em sub-região delimitada como Sudeste da Amazônia Oriental. Nesta sub-região, os principais nós da rede urbana são as cidades médias, que estabelecem interações espaciais com metrópoles internas e externas à região, com as cidades menores em sua área de influência, e entre as próprias cidades médias. A metodologia operacional utilizada consta de revisão de literatura especializada; e o uso de dados secundários, coletados de sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado da análise destas informações demonstra uma interdependência entre estas cidades e a superposição e compartilhamento de domínios nas áreas de influência, que indicam interações espaciais em múltiplas escalas, entre essas cidades médias.

Palavras-chave: Amazônia. Cidades médias. Centralidade. Área de influência compartilhada.

Resumen

En este trabajo de investigación se discute sobre la centralidad y el intercambio de área de influencia entre ciudades de Araguaína (TO), Imperatriz (MA) y Marabá (PA), en subregión delimitada como Sudeste de la Amazonia Oriental. En esta subregión, los principales nudos de la red urbana son las ciudades medias, que establecen interacciones espaciales con metrópolis internas y externas a la región, con las ciudades más pequeñas en su área de influencia, y entre las propias ciudades medias. La metodología operacional utilizada consta de revisión de literatura especializada; y el uso de datos secundarios, recogidos de sitio electrónico del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE). El resultado del análisis de estas informaciones demuestra una interdependencia entre estas ciudades y la superposición y el intercambio de dominios en las áreas de influencia, que indican interacciones espaciales en múltiples escalas, entre esas ciudades medias.

Palabras clave: Amazonia. Ciudades medias. Centralidad. Área de influencia compartida.

Abstract

In this research we discuss the centrality and sharing of area of influence between cities of Araguaína (TO), Imperatriz (MA) and Marabá (PA), in a sub-region delimited as Southeast of Eastern Amazonia. In this subregion, the main nodes of the urban network are the medium-sized cities, which establish

spatial interactions with cities within and outside the region, with smaller cities in their area of influence, and between medium-sized cities themselves. The operational methodology used is a review of specialized literature; and the use of secondary data, collected from an electronic site of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). The result of the analysis of this information shows an interdependence between these cities and the overlapping and sharing of domains in the areas of influence that indicate spatial interactions in multiple scales between these medium cities.

Keywords: Amazon. Medium cities. Centrality. Shared influence area.

1. INTRODUÇÃO

Araguaína, Imperatriz e Marabá na condição de cidades médias do Sudeste da Amazônia Oriental, representam o topo da hierarquia urbanaⁱⁱ, exercendo centralidade nesta região, expandindo e compartilhando área de influência que extrapolam seus limites estaduais. Estes três centros urbanos mantêm relativa proximidade territorial, o que aponta para possibilidade de troca de fluxos em área de influência compartilhada.

O Sudeste da Amazônia Oriental é aqui classificado como uma sub-região da Amazônia Oriental que compreende o estado do Tocantins, Sudeste/Sul do Pará e o Sul do Maranhão, e recebe influência de Belém (PA), São Luiz (MA) e Goiânia (GO). Nesta sub-região, os principais nós da rede urbana são as cidades médias, que estabelecem interações espaciais com metrópoles internas e externas à região, com as cidades menores em sua área de influência, e entre as próprias cidades médias, que sobrepõem e compartilham territórios.

A afirmação sobre a classificação das cidades selecionadas como médias, é sustentada em pesquisas de Castelo Branco (2006), Ribeiro (1998), Trindade Júnior e Pereira (2007), que reconhecem os papéis destas cidades como centro sub-regional da Amazônia, e com base no documento Região de Influência das Cidades.

A metodologia operacional utilizada consta de revisão de literatura especializada sobre Amazônia e cidade média; e o uso de dados secundários, coletados de sítio eletrônico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobretudo informações extraídas dos documentos Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2008), Produto Interno Bruto dos Municípios (IBGE, 2012) e Gestão do Território (IBGE, 2014); além de dados demográficos e grau de urbanização. Os elementos selecionados esclarecem sobre a denominação de centralidade, Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes, participação no PIB na Unidade da Federação, nível de centralidade de comércio e serviços, nível de centralidade de graduação – Educação superior, nível de centralidade de saúde, oferta de serviços avançados, centralidade da gestão pública, centralidade da gestão do território.

2. CIDADES MÉDIAS NO SUDESTE DA AMAZÔNIA ORIENTAL

As políticas de reordenamento territorial promovidas pelo Estado, para inserção da Amazônia no processo de expansão capitalista, a partir da segunda metade do século XX, ocasionaram transformações econômicas, sociais e na rede urbana regional. Neste contexto, atribuíram às cidades funções econômicas de acumulação, comandando uma rede de municípios em

seu entorno, por meio da distribuição de bens e serviços e controle da produção primária para exportação, papel que também passou a ser desempenhado por um tipo de cidade até então inexistente da rede urbana: as cidades médias.

Quando se fala sobre Amazônia, há uma maior associação referente ao aspecto natural da grande floresta, em que o bioma Amazônia é confundido com a Amazônia Legal, o recorte utilizado nesta pesquisa.

No Brasil, o bioma Amazônia cobre 49,29% do território nacional, sendo formado principalmente pela floresta ombrófila, um tipo de vegetação relacionada ao clima tropical (quente e úmido), que ocupa a totalidade de cinco unidades da federação (Acre, Amapá, Amazonas, Pará e Roraima), grande parte de Rondônia, mais da metade de Mato Grosso, além de parte de Maranhão e Tocantins (IBGE, 2004).

Já a Amazônia legal é uma região de planejamento criada em lei de 1953, alterada em 1966 e que, além do bioma Amazônia, inclui Cerrados, Pantanal, e áreas de transição. Os estados que compõem a Amazônia Legal são Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e a parte do estado do Maranhão que se situa a oeste do meridiano 44º de longitude oeste. Assim, essa Amazônia é formada pelos sete estados da região Norte, mais um do Centro-Oeste e outro do Nordeste.

Esta região é fragmentada em subregiões, com divisão oficial distinguida em Amazônia Oriental (leste-sul do Pará, Tocantins e sudoeste do Maranhão); Amazônia Meridional (Acre, Rondônia e Mato Grosso), e a Amazônia Ocidental (Amazonas e Roraima).

Nesta divisão, o Tocantins pertence a Amazônia Oriental, que é ainda mais fragmentada em outras sub-regiões. Para Becker (1990) na Amazônia Oriental o alcance e resultados da apropriação induzida pelo governo federal foram mais intensos e diferenciados, promovendo maior fracionamento do espaço.

A Amazônia Oriental é estudada por Trindade Júnior e Pereira (2007), Trindade Júnior e Ribeiro (2009), e Trindade Júnior (2011) como a área de influência da metrópole de Belém, notadamente, sobre as cidades paraenses de Marabá, Santarém e Castanhal. São Luiz também é vista por Sousa (2013) como metrópole que propaga área de influência para Amazônia Oriental, abrangendo a cidade de Imperatriz, no Sul do Maranhão.

O Tocantins está sob influência metropolitana de Goiânia. A subordinação de cidades da Amazônia a capitais ou metrópoles externas à região é uma das características urbanas descritas por Becker (2009), com efeito na rede urbana tocantinense.

Brito (2009), ao estudar o papel de Palmas na rede de integração regional, adotando como principal critério formação socioespacial a partir da ocupação induzida pelo Estado, propõe uma sub-região denominada de Sudeste da Amazônia Oriental, que compreende o estado do Tocantins, Sudeste/Sul do Pará e o Sul do Maranhão, proposta de subdivisão também utilizada nesta pesquisa.

Nesta sub-região, os principais nós da rede urbana são as cidades médias, que estabelecem interações espaciais com metrópoles internas e externas à região, recebendo influência de Belém (PA), São Luiz (MA) e Goiânia (GO). Além de Araguaína, Imperatriz e Marabá, outros

centros urbanos em Tocantins também receberam classificação de cidades médias em pesquisa de Silva (2016), Palmas, a capital estadual, e Gurupi.

No entendimento de Ribeiro (1998, p.66), o principal foco das políticas territoriais implantadas na Amazônia foi a cidade, impactando a rede urbana preexistente, passando de um padrão dentrítico para rodoviário, e promovendo transformações na forma, nas funções, e nas interações espaciais que se tornaram complexas. Neste sentido, os núcleos urbanos na Amazônia apresentam características funcionais com múltiplos papéis, relacionados à produção, distribuição e à gestão (RIBEIRO, 1998).

Para Trindade Júnior (2011, p.1-3), esse quadro culminou em uma “dinâmica de urbanização que toma forma difusa e diversa na região”, uma “urbanodiversidade regional”, termo utilizado para identificar as diferentes e plurais realidades urbanas da região, com “maior complexidade relacionada não só às formas das cidades, como também aos seus conteúdos”.

Assim, a rede urbana da Amazônia foi afetada pela ação do Estado subordinado ao capital, processo que tornou a cidade e a difusão da urbanização estratégicas para a rápida ocupação da região, e para reprodução do capital.

Figura 1 - Sudeste da Amazônia Oriental



Fonte: Brito (2009, p. 36)

Na atualidade, reconhece-se uma participação cada vez mais crescente das cidades médias, como expressão da tendência de urbanização amazônica. Neste cenário desempenham no contexto econômico, político e social, importantes funções, exercendo centralidades urbano-regionais na região de influência, a exemplo de Marabá e Santarém (TRINDADE JÚNIOR, 2011; TRINDADE JÚNIOR e RIBEIRO, 2009).

Na pesquisa em tela, a cidade média é observada considerando como critérios a variável demográfica; classificação hierárquica entre as cidades; a posição e sua importância na rede urbana; centralidade; funções comerciais de distribuição de bens e serviços para população local e de cidades circunvizinhas, configurada também como papéis regionais.

Conforme Sposito (2004, 2006,2007) na classificação de cidade média, deve ser contemplado um conjunto de elementos: o quantitativo de população, a situação geográfica da aglomeração ou centro urbano, suas relações intermediárias entre cidades pequenas e metrópoles, bem como seus papéis político-administrativos. Nesta pesquisa uma questão primordial a ser considerada está relacionada à competência de ofertar bens e serviços.

Papéis regionais sempre estiveram associados às cidades médias, às vezes denominadas cidades regionais. Assim pensada, cada cidade média associava-se à área ou à região que comandava, o que pressupunha relações diretas com um número de cidades pequenas e o desempenho de funções de intermediação destas com a cidade maior de que eram todas tributárias, tanto a cidade média como as pequenas (SPOSITO, 2007, p. 234)

Assim, a definição de cidades médias deve considerar além do tamanho da cidade, a sua situação funcional, ou seja, como se estabelece no território a divisão regional do trabalho e como a cidade comanda esse território.

Acompanhando a tendência de valorização do papel funcional, Trindade Junior e Ribeiro (2007, p. 314), em estudo sobre cidades na Amazônia, definem cidades médias como [...] aquelas que assumem um determinado papel na estrutura urbana regional como centro sub-regional, [...] que são capazes de polarizar um número significativo de centros menores e articular relações de toda ordem como anteparo e suporte às metrópoles regionais”.

No entendimento de Trindade Júnior (2011, p. 136) e, também, seguindo pressuposto analítico anteriormente mencionado, o principal critério de definição de cidades médias seria a centralidade econômica, representada pelos papéis exercidos por estas cidades numa determinada rede urbana. Nesta abordagem a cidade média é caracterizada “pelas fortes centralidades que se materializam por meio de fluxos, a ponto de contribuírem significativamente para o ordenamento do espaço regional em que se inserem”. E quando essas cidades “assumem um determinado papel na estrutura urbana regional como centro sub-regional”.

Neste sentido, são os fluxos que definem a centralidade econômica da cidade média. A capacidade de articular relações que possibilitem desempenhar suas funções regionais, e a observação da inserção geográfica, completam os atributos.

A centralidade da cidade média captada em Trindade Jr. e Ribeiro (2011) tem por base a noção de fixos (infraestrutura de comércio/serviços/indústria) e fluxos (movimento de bens, consumidores, serviços, informações, etc.). Na perspectiva analisada, considerando cidades médias

da Amazônia, mesmo que haja relevância quanto à densidade dos fixos, o que define a centralidade dessas cidades são os fluxos, com uso e reutilização de modo intenso e contínuo dos fixos disponíveis (TRINDADE JR.; RIBEIRO, 2011).

Quando se observa o indicador demográfico de cidade média ou de porte médio, é mais usual classificar como tal a cidade com população entre 100 e 500 mil habitantes. Considerando este critério, a rede urbana da Amazônia é formada por 27 sedes municipais de porte médio, no entanto, muitas delas, não ascendem à categoria de cidades médias, pois estão incorporadas a regiões metropolitanas (IBGE, 2010).

Estas cidades de porte médio concentram 5,3 milhões de habitantes ou 22% da população amazônica, sendo um grupo formado pelas capitais estaduais, Porto Velho (RO), Boa Vista (RR), Macapá (AP), Rio Branco (AC), Palmas (TO); e mais outras 22 cidades: Parintins (AM), Santana (AP), Ji-Paraná (RO), Araguaína (TO), Ananindeua, Santarém, Marabá, Castanhal, Parauapebas, Abaetetuba, Cametá, Bragança e Marituba, no Pará; Várzea Grande, Rondonópolis e Sinop, em Mato Grosso; Imperatriz, São José de Ribamar, Codó, Paço do Lumiar, Açailândia e Bacabal, no Maranhão (IBGE, 2010).

Araguaína, Imperatriz e Marabá são cidades médias da rede urbana do Sudeste da Amazônia Oriental, mantêm posição hierárquica em uma região com raros centros urbanos que exercem alguma centralidade. No recorte geográfico utilizado, além das já citadas cidades médias, há apenas mais dois centros urbanos com população acima de 100 mil pessoas: Palmas, a capital tocantinense e Açailândia no Maranhão.

Conforme Trindade Júnior (2006) a cidade média é fenômeno muito recente na Amazônia, que só adquire importância na rede urbana após as mudanças ocorridas a partir da década de 1960, visto que anteriormente este tipo de cidade era quase inexistente.

Assim, houve a ascensão das cidades médias na rede urbana, que passaram a desempenhar papéis econômicos e destino do fluxo de migrantes, mas foram as metrópoles que mantiveram papel central e de comando da rede urbana, sendo esta uma tendência que acompanha a dinâmica urbana nacional.

Castelo Branco (2006) apresenta uma seleção de cidades médias brasileiras, na qual Araguaína e Marabá são incluídas como cidades médias de centralidade incipiente. Já Imperatriz, a outra cidade do Sudeste da Amazônia Oriental, possuiria centralidade média.

Os estudos sobre redes de influência das cidades, elaborados pelo IBGE, permitem entender os papéis que estas desempenham, por meio de uma classificação funcional das cidades. A posição hierárquica entre as cidades, sua importância e a centralidade na rede urbana são elementos adicionais que a literatura especializada colocou na identificação e classificação de uma cidade como média.

3. CENTRALIDADE E HIERARQUIA DE ARAGUAÍNA, IMPERATRIZ E MARABÁ EM ÁREA DE INFLUÊNCIA COMPARTILHADA

A raridade destes centros médios urbanos no Sudeste da Amazônia Oriental, é situação geográfica específica e favorável ao estabelecimento de hierarquia e centralidades, numa rede de dominação das cidades maiores sobre as menores, dependentes daquelas, pelas funções que exercem de distribuição de bens e serviços para os moradores locais e a população das cidades menores, em seu entorno.

Araguaína, Imperatriz e Marabá são importantes nós, os pontos centrais, desta subregião e possuem requisitos para exercerem papéis de cidades médias, capazes de exercer interação funcional econômica, social e política, articuladas pelo escopo metropolitano de Belém, Goiânia e São Luiz.

No caso de Imperatriz e Marabá há vinculação as suas respectivas capitais estaduais. Enquanto que para Araguaína, a primazia mantida por Goiânia, pois a relação do Tocantins com esta metrópole é histórica, e foi fortalecida pelas políticas estatais, que priorizavam integração econômica entre a Amazônia e o Sudeste brasileiro.

É uma tendência na Amazônia. O papel relacional das metrópoles regionais amazônicas é segmentado pela atuação de centros metropolitanos de outras regiões, que atuam na coleta, manipulação e utilização de informações. E é técnica, a serviço da reprodução da economia e dos lucros (TRINDADE JR, 2006).

A cidade de Araguaína é centro regional de apoio à pecuária estadual, e principal fornecedora de carne bovina ao mercado mundial, acumulando ainda funções de distribuição de bens e serviços especializados, dentre os quais, de educação superior e saúde, para população local e de cidades circunvizinhas Silva (2012).

Marabá destaca-se como centro urbano da Amazônia Oriental e do Sudeste do estado do Pará, desempenhando função econômica regional, sendo “uma cidade que vem sendo *locus* de grandes investimentos, pela importância produtiva, comercial, distribuição de serviços e liderança política” no contexto regional (TRINDADE JR., 2011, p. 6).

Em Imperatriz destaca-se atividades terciárias modernas, sobretudo, em razão da atuação do comércio atacadista e varejista, complementada por serviços públicos e privados de saúde, da educação superior e mais recentemente importante participação do segmento da construção civil (SOUSA, 2015).

A Tabela 1 condensa informações sobre a hierarquia urbana e centralidade das cidades médias do Sudeste da Amazônia Oriental, com ênfase na hierarquia, funções econômicas, na capacidade de gestão e riqueza, com base em dados por municípios extraídos dos documentos Regiões de Influência das Cidades (IBGE,2008), Produto Interno Bruto dos Municípios (IBGE, 2012) e Gestão do Território (IBGE, 2014).

Não há grandes diferenciações nos padrões de hierarquia, centralidade e capacidade de gestão do território entre estes centros urbanos do Sudeste da Amazônia Oriental, mas na maioria dos parâmetros utilizados, há destaque Marabáⁱⁱⁱ, que detém maior prosperidade econômica, com produto interno bruto (PIB) de 4,42 bilhões, valor corresponde ao dobro do de Araguaína, e 65% maior que o de Imperatriz (Tabela 1).

Há similaridade no nível centralidade entre Araguaína, Marabá e Imperatriz, que recebem a mesma categorização hierárquica de capital regional C. Nenhuma destas cidades, entretanto, é capaz de exercer o papel de comando hierárquico da região, que como já frisado é assumido por metrópoles externas e internas a Amazônia Legal.

Tabela 1 – Indicadores de centralidade e hierarquia urbana nas cidades médias selecionadas no Sudeste da Amazônia Oriental (2007, 2012, 2014)

Indicadores	Sedes municipais de porte médio		
	Araguaína (TO)	Marabá (PA)	Imperatriz (MA)
Denominação de centralidade (2007)	Capital Reg. C	Capital Reg. C	Capital Reg. C
PIB a preços correntes (Mil reais) (2012)	2.201.523	4.423.290	2.853.989
Participação no PIB da Unidade da Federação (%) (2012)	11,27	4,86	4,85
Nível de centralidade de comércio e serviços (2007) (1)	4	4	4
Nível de centralidade de graduação – Educação superior (2007) (1)	5	5	5
Nível de centralidade de saúde (2007) (1)	4	5	4
Oferta de serviços avançados (%) (2014) (2)	46,7	51,1	48,9
Centralidade da gestão pública (2014) (1)	8	8	8
Centralidade da gestão do território (2014) (1)	6	6	5

Fonte: IBGE (2008), IBGE (2012b), IBGE (2014).

Notas: (1) A centralidade expressa é distribuída em intervalo que considera 1 como o maior nível e 9 como o nível mais elementar. (2) Serviços avançados são aqueles relacionados as áreas de contabilidade, propaganda e publicidade, finanças, seguros e direito.

Localizadas em rede urbana de maior complexidade econômica e de urbanização, a participação de Marabá (4,86%) e Imperatriz (4,85%) no PIB estadual é menos significativa do que a de Araguaína (11,27%). Cotejando esta informação com o valor total deste indicador de riqueza, nota-se que essa maior participação de Araguaína na geração das riquezas estaduais, denota a origem de rede urbana tocantinense ainda incipiente, neste caso, do ponto de vista econômico.

O quantitativo e a diversidade das atividades econômicas em comércio e serviços dimensionam o nível de centralidade de comércio e serviços, que são oferecidos com semelhante padrão nas cidades de Araguaína, Imperatriz e Marabá. Essa padronização permanece, quando pormenorizada a oferta de serviços de educação superior; e na centralidade da gestão pública, avaliada pelo quantitativo e alcance de instituições públicas federais^{iv} (Tabela 1).

Nos serviços de saúde, medidos pela complexidade de atendimento e volume de internação, Araguaína, e Imperatriz apresentam mesmo nível de centralidade, enquanto que em Marabá, esses nível de centralidade é mais baixo, conforme listado na referida tabela.

As firmas que prestam serviços categorizados como avançados possuem maior concentração em Marabá, correspondente a mais da metade do total de serviços ofertados, e contribuem para a manutenção da hierarquia desta cidade, seguidas por Araguaína e Imperatriz com menor percentual deles (Tabela 1).

A análise da gestão do território enfoca as instituições públicas, representantes do Estado, e as privadas, constituídas pelo mercado e gestão empresarial, em que Imperatriz possui a maior centralidade da gestão do território regional, e em um nível levemente inferior, Araguaína e Marabá (Tabela 1).

Outro importante elemento da centralidade e hierarquia urbana destas cidades médias, e a formação de área de influência compartilhadas, comunicando-se com cidades externa aos seus limites estaduais, expandindo suas hinterlândias. A proximidade territorial entre Araguaína e Imperatriz (247km), e Marabá (287 km) favorece a troca de fluxos, assim como entre Imperatriz e Marabá (260km).

A interdependência entre estas cidades e a superposição de domínios nas áreas de influência indicam interações espaciais em múltiplas escalas, entre essas cidades médias. Para Corrêa (2007, p. 30) as cidades médias apresentam interações espaciais intensas, complexas, multidirecionadas e com sobreposição de múltiplas influências em um mesmo espaço e tempo.

A troca de fluxos, em área de influência partilhada, é entre Araguaína e Marabá, com a cidade tocantinense propagando sua hierarquia para o estado do Pará, e do mesmo modo, Marabá para o Tocantins. Já entre Araguaína e Imperatriz, a área de domínio hierárquico compartilhada é no norte do Tocantins e no sul maranhense.

Esse mesmo compartilhamento não se repete entre Imperatriz e Marabá. O tamanho da hinterlândia dessas cidades médias auxilia na compreensão deste quadro, pois enquanto Araguaína tem área de influência formada por 86 outros centros urbanos, Marabá possui 50, e Imperatriz 38.

A sobreposição de área de influência de Araguaína sobre a de Marabá ocorre sobre as cidades paraenses de Água azul, Bannach, Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Piçarra, Redenção, São Félix do Xingu, São Geraldo do Araguaia Tucumã e Xinguara (IBGE, 2008). Esse alcance da influência de Araguaína, tem larga extensão, chegando a quase 800 km de distância, exemplificado por São Félix do Xingu.

Por sua vez, Marabá compartilha área de influência com Araguaína na cidade tocantinenses de Couto Magalhaes. Como se nota, na troca de fluxos em área de influência compartilhada entre Araguaína e Marabá, há uma maior sobreposição de Araguaína.

Já Imperatriz, adentra área de influência de Araguaína no extremo norte do Tocantins, entre Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito e Esperantina. Na verdade, esta área é muito mais subordinada à Imperatriz do que a Araguaína (IBGE, 2008).

Araguaína também estende área de influência para território maranhense, sobre as cidade de Alto Parnaíba, Balsas, Fortaleza dos Nogueiras, Riachão, Sambaíba, São Félix de Balsas, São Pedro dos Crentes e Tasso Fragoso, está cerca de 500 km de distancia.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A centralidade exercida por Araguaína extrapola os limites políticos administrativos estaduais, estendendo e compartilhando área de influência para o sul-sudeste do Pará e sul do Maranhão, com outras cidades médias inclusas no Sudeste da Amazônia Oriental; e sem o aparato da metrópole, tem capacidade de se conectar diretamente com o mercado mundial, como fornecedora de produção primária.

Esse estudo da centralidade e hierarquia urbana de cidades médias da sub-região delimitada como Sudeste da Amazônia Oriental, mostrou que Araguaína, Imperatriz e Marabá são cidades funcionais, importantes nós da rede urbana regional; exercendo funções comerciais de distribuição de bens e serviços em uma área compartilhada.

Essa troca de fluxos em área na influência partilhada entre Araguaína, Imperatriz e Marabá, fortalece o papel funcional destas cidades médias na Amazônia, e contribui para nova reconfiguração regional, denotando-se em um triângulo amazônico.

REFERÊNCIAS

BECKER, B. **Amazônia**. São Paulo, Ática, 1990.

_____. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro, Garamond, 2009.

BRITO, E. P. **O papel de Palmas - TO na rede de integração regional**. 2009. 261 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências Humanas. Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, MS. 2009. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp106481.pdf>>. Acesso

CASTELLO BRANCO, M. L. Cidades Médias no Brasil. In: SPÓSITO, E. S.; SPÓSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (org.). **Cidades médias: produção do espaço urbano e regional**. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p.245-277.

_____. **Estudos Sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo Expressão: Popular, 2007. p. 23-34.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Regiões de Influência das Cidades 2007** (publicação e base de dados dos municípios). Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=7>>. Acesso em: 16/out. /2012.

_____. IBGE. Censo demográfico 2010. Resultados do universo por setor censitário, município, UF e Brasil. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>>. Acesso: 28/set. /2014 a 30/ago. /2015

_____. Mapas de biomas do Brasil 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/21052004biomashtml.shtm>>. Acesso em: 14/dez. /2014.

_____. Produto interno bruto dos municípios 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/PIBMun/default.asp?o=30&i=P>>. Acesso em 3/mai./2015.

_____. Gestão do Território 2014 - Redes e fluxos do território (Publicação e base de dados dos municípios). Rio de Janeiro, 2014. <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/redes_fluxos/gestao_do_territorio_2014/default.shtm>. Acesso em 5/jun./2015.

MACHADO, L. O. Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia. In: BECKER, B.; MIRANDA, M.; MACHADO L. O. (Org.). **Fronteira Amazônica: Questões sobre a gestão do território**. Brasília: UNB, 1990.

RIBEIRO, M.A. **A complexidade da rede urbana amazônica**: três dimensões de análise. 1998. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

SILVA, R. A. **Agropecuária de Araguaína e novas centralidades**. Dissertação (Mestrado em Geografia). 2012. 153 f. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2012. Disponível em: <<http://www.uece.br/mag>>. Acesso: 10/jan./2013.

SILVA, R. A. **Desigualdades socioespaciais na cidade média de Araguaína**. Tese (Doutorado em Geografia). 2016. . Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2016. Disponível em: <<http://www.uece.br/mag>>. Acesso: 5/jun./2016.

SOUSA, J. M. As formas atuais da urbanização amazônica e os seus reflexos na produção do espaço urbano de Imperatriz-MA. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 13, 2013, Rio de Janeiro. Disponível em: <www.simpurb2013.com.br>. Acesso em 12/jan./2015.

_____. Enredos da dinâmica urbano-regional Sulmaranhense: reflexões a partir da centralidade econômica de Açailândia, Balsas e Imperatriz. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2015

SPOSITO, M.E. B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones Geográficas**. n. 54, ago. 2004, p. 114-139. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=56905408>>. Acesso em 14/fev./2014

_____. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas, Brasil. In: SPÓSITO, E. S.; SPÓSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 175-196.

_____. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPÓSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233 -253.

TRINDADE JÚNIOR, S. C. Cidades médias na Amazônia Oriental: das novas centralidades à fragmentação do território. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14, 2011, Rio de Janeiro. Disponível em <www.xiisimpurb2011.com.br>. Acesso em 05/ out./2011

TRINDADE JR., S. C.; PEREIRA, J. C. C. Reestruturação da rede urbana e importância das cidades médias na Amazônia oriental. In: SPOSITO, M. E. **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 313-342.

TRINDADE JÚNIOR, S.C. C.; RIBEIRO, R. Marabá: Novos agentes econômicos e novas centralidades urbano-regionais no sudeste paraense. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 13, 2009, Florianópolis-SC. Disponível em <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3296>>. Acesso em 22/set./2011.

ⁱ Professor Doutor do Curso de Geografia, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil.

ⁱⁱ Palmas, a capital do Tocantins é outra cidade média com hierarquia Urbana similar e/ou maior que estas.

ⁱⁱⁱ Palmas, a outra cidade média do Sudeste da Amazônia Oriental, não listada na tabela, é a que apresenta os melhores indicadores regionais de riqueza, hierarquia urbana e centralidade.

^{iv} São consideradas instituições públicas federais as agências, unidades de atendimento, gerências regionais, superintendências e sedes do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do Ministério do Trabalho e Emprego, a Secretaria da Receita Federal, da Justiça Federal, dos Tribunais Regionais Eleitorais, dos Tribunais Regionais do Trabalho, e do próprio IBGE. (IBGE, 2014)